

ASPECTOS DA MORFOSSINTAXE DE GÊNERO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO^{1*}

ASPECTS OF THE MORPHOSYNTAX OF GENDER IN BRAZILIAN PORTUGUESE

DANNIEL DA SILVA CARVALHO
Universidade Federal da Bahia, Brasil
danielcarvalho@ufba.br

Este trabalho tem como foco uma reflexão sobre os aspectos morfossintáticos da categoria gênero no português. Mais especificamente, abordo o seu comportamento no português brasileiro, a partir de uma descrição de sua realização morfológica e de suas relações sintáticas. Inicialmente, apresento a categoria gênero e como ela vem sendo tratada na tradição gramatical. Em seguida, discuto o seu papel na morfologia do português, apontando alguns questionamentos de ordem empírica. Por fim, apresento algumas reflexões sobre as dependências e os domínios morfossintáticos de gênero gramatical no português, a partir da ideia de uma tipologia canônica translinguística e de um modelo de traços-phi para a descrição dessa categoria, que é considerada por este estudo como um valor de classe nominal.

Palavras-chave: Gênero, categoria gramatical, morfossintaxe, português brasileiro

This paper focuses on a discussion of the morphosyntactic aspects of the gender category in Portuguese. More specifically, I will present its behaviour in Brazilian Portuguese, from a description of its morphological realization and its syntactic relations. Initially, I will present the gender category and how it has been treated in the grammatical tradition. Then, I will discuss its role in the morphology of Portuguese, pointing out some empirical issues. Finally, I present some thoughts on grammatical gender dependencies and morphosyntactic domains in Portuguese, from the idea of an intralinguistic canonical typology and a phi-feature approach for the description of this category, which will be assumed as a value of the nominal class.

Keywords: Gender, grammatical category, morphosyntax, Brazilian Portuguese

Recibido: 11 agosto 2020

Aceptado: 08 octubre 2020

¹ O trabalho teve apoio do CNPq, projeto 310302/2019-6. Agradeço imensamente a Dorothy Brito, Fernanda Cerqueira, Rômulo Bittencourt e João Paulo Lazzarini-Cyrino pelos comentários feitos na construção das ideias aqui postas.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho não tem pretensões grandiloquentes, tampouco tenciona ser um estudo exaustivo nem definitivo sobre gênero. Seu propósito é reunir algumas reflexões de cunho o mais descritivo possível sobre o comportamento dessa categoria gramatical na morfologia em sua interação com a sintaxe do português brasileiro, a fim de contribuir de alguma forma com o estudo de um importante aspecto, a meu ver, para o entendimento do funcionamento da língua.

Além da revisão bibliográfica, que transita entre textos clássicos e estudos específicos e contemporâneos sobre gênero, este trabalho buscou na Tipologia Canônica proposta em Brown *et al.* (2013) e em um modelo de traços-phi, de acordo com a Teoria-phi proposta por Harbour *et al.* (2008), uma definição de gênero enquanto valor de classe nominal como ponto de partida para sua reflexão. Na primeira perspectiva, gênero gramatical é definido como parte de um sistema de concordância de classes, enquanto na segunda, gênero gramatical é também um valor de classe, mas concebido a partir da ideia da gramaticalização de um traço lexical que participa ativamente da sintaxe das línguas e tem papel fundamental na interface conceitual-intencional.

De acordo com Dixon (1982), a categorização linguística da classificação nominal pode ser feita dentre outras opções, através da categoria gramatical de classe nominal, que inclui a maioria dos tipos de sistemas de gênero e sistemas de concordância². Classe aqui é entendida como proposta por Carvalho *et al.* (2020c): um traço ou conjunto de traços (valores) que especificam uma unidade de individuação. Entretanto, para além da Tipologia Canônica, problematizarei extensões do conceito tradicional de gênero gramatical, que assumem concordância como propriedade definitiva de gênero, concepção dominante na literatura linguística pelo menos desde a antiguidade clássica (*cf.* Hockett 1958; Moura Neves 2004).

Assim, aspiro reunir aqui um apanhado de ponderações acerca do fenômeno da concordância de gênero no português brasileiro. Dessa forma, este artigo é uma tentativa de apresentar uma descrição de dados e de indicar caminhos a fim de oferecer à literatura linguística algum material de reflexão sobre o comportamento morfossintático de gênero nessa língua.

Para esta tarefa, o trabalho foi dividido nas seguintes partes: a seção 1 introduz os objetivos do trabalho; a seção 2 apresenta um breve panorama da concepção de gênero gramatical na tradição ocidental; em seguida, a seção 3 oferece uma breve descrição das diferentes abordagens sobre gênero gramatical no português brasileiro, introduzindo suas ligações com a sintaxe dessa língua; a seção 4 revisa sucintamente o ponto de partida teórico para a manipulação dos dados apresentados; a seção 5 traz as relações sintáticas estabelecidas pelo gênero gramatical e seus domínios categoriais; as considerações finais fazem um balanço das discussões, incluindo diretrizes para o avanço da pesquisa.

² Dixon (1982) propõe outra opção que envolve o fenômeno léxico-sintático de classificação nominal, que inclui os classificadores numéricos, que não serão discutidos no presente trabalho por questões de escopo e espaço.

2. A OCIDENTALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DO GÊNERO GRAMATICAL

O título da presente seção é uma provocação sobre como os estudos voltados ao gênero nas línguas parte de um conceito específico de uma característica encontrada em uma minoria de línguas, mas que sempre teve a lupa ocidental (greco-latina) sobre si, o que ocasionou uma "universalização" de seus estudos. Faço aqui uma apresentação tipológica breve sobre a presença de gênero nas línguas humanas e contextualizo seu estudo historicamente. Entretanto, chamo a atenção para o fato de que apenas a partir do século XX a dissociação entre gênero gramatical e a distinção macho/fêmea começa a ser discutida. A própria adoção da palavra *gênero* para nomear a categoria é uma evidência dessa asseveração. Em sua etimologia, o termo *gênero* tem sua origem no latim e significa "nascimento", "origem", "família", "tipo". Segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, é um "conceito geral que engloba todas as propriedades comuns que caracterizam um dado grupo ou classe de seres ou de objetos", e, por derivação, "tipo, classe, espécie" (Houaiss 2009). Entretanto, como será visto adiante, assumiu-se tradicionalmente uma associação do termo *gênero* aos valores dicotômicos masculino/feminino ou a sua ausência ao valor neutro ou comum.

Estudos de descrição linguística apontam que apenas 25% das línguas naturais do mundo possuem gênero gramatical ou alguma estratégia de língua equivalente à classificação de gênero (cf. Meillet [1921] 1982; Greenberg 1978; Corbett 1991, 2015; Aikhenvald 2016). Fato curioso pode ser verificado em *The World Atlas of Languages* (WALS), editado por Dryer e Haspelmath (2013): das 257 línguas apresentadas na obra, 112 possuem a categoria gênero. Dessas, 50 possuem dois gêneros, 26 possuem três gêneros e 12 possuem quatro gêneros. Nas demais 24 línguas, têm-se a partir de 5 até 20 gêneros. Nesse sentido, percebemos uma associação de gênero com a categoria classe, como será discutido mais adiante.

Gênero é uma categoria que suscita controvérsia nos estudos da linguagem, seja na tentativa de se estabelecer uma tipologia para as línguas no mundo que represente a universalidade ou não da categoria, seja na proposição de diagnósticos para tal. Dixon (1982) propõe um diagnóstico para identificar línguas de gênero gramatical marcado considerando três critérios. Para sabermos se uma língua possui gênero gramatical, devemos observar se: (i) a língua agrupa seus nomes em classes; (ii) a língua apresenta concordância entre o núcleo nominal e seus satélites (ex.: artigos, adjetivos, verbos) e (iii) a associação de classe aos nomes mostra uma considerável correlação semântica com o sexo (nos nomes animados).

Gygax *et al.* (2019: 3-4), por seu turno, propõem a seguinte tipologia para a realização (ou não) de gênero gramatical nas línguas:

- I. *Línguas de gênero gramatical* – línguas cujos nomes humanos, animados e inanimados são classificados quanto a gênero.
- II. *Línguas com uma combinação de gênero gramatical e gênero natural* – línguas que apresentam distinções gramaticais de gênero para nomes inanimados, bem como para alguns nomes humanos.
- III. *Línguas de gênero natural* – línguas que não classificam nomes inanimados de acordo com os diferentes gêneros.
- IV. *Línguas sem gênero com alguns traços de gênero gramatical* – línguas que apresentam formas distintas de gênero apenas para nomes humanos e pronomes pessoais e algumas formas lexicais (de forma afixal).
- V. *Línguas sem gênero* – línguas que não apresentam distinção gramatical de gênero.

Línguas do tipo (I) apresentam distinção de gênero entre nomes humanos, como nos dados em (1) e (2), mas também em nomes inanimados, como em (3) e (4).

1. Francês
 - a. avo/enseignant
 - b. fils/fille
2. Português
 - a. professor/professora
 - b. filho/filha
3. Espanhol
 - a. mesa.FEM³
 - b. libro.MASC
4. Português
 - a. mesa.FEM
 - b. livro.MASC

Esses nomes controlam a concordância de várias outras categorias lexicais, como determinantes, adjetivos ou pronomes. A atribuição de gênero é quase sempre semanticamente arbitrária em nomes inanimados, enquanto o gênero gramatical de nomes humanos mostra uma correspondência com o sexo do referente. Em alguns casos, em línguas desse tipo, o gênero gramatical que denota o referente humano do nome é diferente de seu gênero lexical, como ilustrado em (5) e (6), expressões nominais respectivamente em alemão e tcheco para o referente *garota*, semanticamente feminino.

5. Alemão
 - Mädchen.NEUT
6. Tcheco
 - děvče.NEUT
 - "garota"

Ainda, nomes humanos podem ter referentes masculino e feminino sem, entretanto, alteração da marca de gênero, como em (7) e (8).

7. Francês
 - a. personne.FEM
 - b. indivu.MASC
8. Português
 - a. pessoa.FEM
 - b. indivíduo.MASC

³ Abreviações usadas no texto: FEM = feminino; NEUT = neutro; COM = comum; MASC = masculino; PL = gênero plural; DET = determinante; AC = acusativo; DEF = definido; SG = singular; PAS = passado; PF = perfectivo; 1 = primeira pessoa; 3 = terceira pessoa; DEF = definido; ANIM = animado; HUM = humano; INAN = inanimado; AC = acusativo.

Línguas do tipo (II) não apresentam uma distinção formal (morfológica) entre masculino e feminino dentro da classe dos animados. No holandês, por exemplo, apenas os pronomes pessoais apresentam marca de gênero natural, como em (9), enquanto os nomes fazem distinção apenas entre neutro e não-neutro (masculino, feminino e comum), valores que são marcados apenas no determinante, *het* e *de*, respectivamente, como em (10).

- | | | |
|------|----------|-------------|
| 9a. | hij | |
| | ele | |
| 9b. | zij | |
| | ela | |
| 10a. | Het | fototoestel |
| | DEF.NEUT | câmera |
| 10a. | De | camera |
| | DEF.COM | câmera |

(Audring 2009: 23)

O inglês é um exemplo de língua do tipo (III), em que pronomes pessoais apresentam marca de gênero natural, que não classifica seus nomes inanimados de acordo com diferentes gêneros, e em que a maioria dos nomes humanos se comporta de maneira semelhante, como visto nos exemplos abaixo:

- | | | |
|------|--------------------|--|
| 11a. | teacher | |
| | professor.MASC/FEM | |
| 11b. | politician | |
| | político.MASC/FEM | |

O basco é um exemplo de língua do tipo (IV), cujos nomes humanos e pronomes pessoais são usados para referentes masculinos e femininos sem distinção formal de gênero, como visto em (12).

- | | | |
|-----|-------------------|------------|
| 12. | bere | liburua |
| | POSS.NEUT | livro.NEUT |
| | "livro dele/dela" | |

Finalmente, línguas do tipo (V) são aquelas em que a maioria dos nomes e pronomes humanos não é especificada para gênero. Se há distinções nos pronomes pessoais, essas farão referência a outros valores de classe, como animacidade, como é o caso do finlandês, ilustrado em (13).

- | | | |
|-----|--------------|--|
| 13. | Finlandês | |
| a. | hän | |
| | 3SG.HUM/ANIM | |

b. se

3SG.INAN

A discussão sobre a tipologia interlinguística de gênero não será feita no presente trabalho por uma questão de recorte e espaço. É suficiente apontar, para os fins deste texto e de acordo com Greenberg (1963), que uma das formas mais tradicionais de se classificar as línguas do mundo é a partir da presença/ausência de marcas morfossintáticas de gênero.

Em línguas com realização de gênero gramatical, essa propriedade é intrínseca à categoria nominal, que, por sua vez, controla as relações de concordância com as demais categorias gramaticais. Entretanto, essa propriedade lexical dos nomes, conforme apontado por Kramer (2015), é, na verdade, o resultado de um processo morfossintático que depende da informação básica de uma raiz. Carvalho (2018, 2019) também atribui as restrições na manifestação morfossintática de gênero como um traço (complexo) à sua funcionalidade interna, e defende que isso não é motivado por questões puramente morfofonológicas, mas pela estrutura lexical e seus reflexos sintáticos.

A abordagem da categoria de gênero como uma expressão gramatical não é uma novidade. Entretanto, essa categoria apresenta funções e naturezas distintas a depender do prisma pelo qual é observada. Como uma noção técnica na linguística, pode ser analisada, no mínimo, a partir de seu comportamento gramatical, lexical, referencial e sociocultural⁴. Como apontado na seção anterior, o presente trabalho debruça-se apenas sobre seu comportamento gramatical.

Para uma melhor compreensão dos estudos linguísticos sobre gênero gramatical, faz-se necessário conhecer seu percurso nos estudos da linguagem a partir da tradição indo-europeia, visto que muito pouco se sabe no ocidente sobre outras tradições. E a tradição indo-europeia dos estudos da linguagem nasce na antiguidade clássica. Gostaria de deixar claro, entretanto, que esse breve percurso histórico não se pretende exaustivo, mas apenas ilustrativo.

Segundo Moura Neves (2004), gênero, ao lado de número, caso, tempo, modo, voz e pessoa, era tratado, nas gramáticas gregas, como uma categoria acessória (*tà parepómenta*). Enquanto tempo, modo e voz são categorias tradicionalmente vinculadas ao verbo, pessoa, número, gênero e caso são categorias associadas ao nome. Faço aqui ressalva ao tratamento clássico desses elementos nessa breve apresentação. Isso se dá ao fato de nossa herança gramatical greco-latina e sua seleta discussão restrita a línguas indo-europeias.

De volta à retrospectiva da discussão sobre a categoria gramatical gênero, partiremos do clássico pensamento filosófico grego. Para Protágoras, a marcação de gênero nas palavras seria arbitrária, ou seja, dependente da terminação dos nomes, e não de uma essência própria às coisas por eles designadas. Assim, o gênero dos seres humanos não corresponde sempre ao sexo biológico, mas resulta de regras precisas, identificáveis nas práticas sociais que organizam dada sociedade. Segundo Moura Neves (2004: 198), Protágoras foi quem primeiro distinguiu três gêneros para os nomes: *árren* (masculino), *thély* (feminino) e *skeûos* (neutro), este último tendo como tradução literal "objeto", "coisa". O mesmo o faz Aristóteles, apontando ser o gênero neutro intermediário entre aqueles associados aos seres animados, ou seja, algo intermediário entre o feminino e o masculino.

Do ponto de vista gramatical, Dionísio o Trácio estabelece uma distinção gramatical dos gêneros protagóricos *arsenikón*, *thelykón* e *oudéteron* (sendo este último um termo introduzido

⁴ Para uma descrição de cada possibilidade de análise de gênero no campo dos estudos da linguagem, ver Carvalho (2013, 2016a) e Carvalho e Brito (2020).

pelos estoicos para o neutro), associando a este um valor negativo, e acrescenta o *koinón* (comum) e o *epikoinon* (epiceno). *Koinón* e *epikoinon* são sugeridos exclusivamente por sua relação na concordância nominal: o primeiro tipo compreendendo nomes que podem receber artigos masculino ou femininos a depender do sexo do referente, sem alteração em sua forma (ex.: *kýon* "cão"); o segundo tipo compreendendo nomes também invariáveis quanto ao gênero, mas também quanto ao uso de artigos (ex.: *chelidón* "andorinha", que recebe artigo feminino) (Moura Neves 2004: 199).

São os escolásticos quem suscitam a discussão da representação de gênero entre puramente gramatical ou essencialmente natural. A *Grammatica Speculativa*, de Thomas de Erfurt (c. 1310) associa os diferentes gêneros nominais a uma função metafórica aos objetos que representam a partir de uma leitura sincrônica das diferenças dos sexos à época. Por exemplo, Thomas de Erfurt define os gêneros nos nomes masculino, feminino, comum e neutro. Dessa forma,

[o] gênero masculino é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do agente, como *vir* ("homem"), *lapis* ("rochedo"). O gênero feminino é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do paciente, como *petra* ("rocha"), *mulier* ("mulher"). O gênero comum é o modo de significar a coisa de acordo com qualquer uma das (duas) propriedades determinadas, como *homo* ("humano"), *virgo* ("virgem").

(*Grammatica Speculativa*, XVI, 27 *apud* Beccari 2013: 270-271)

Essa suposta relação entre as funções femininas, masculinas e neutras dos nomes e de uma racionalidade do mundo ocidental continuou a guiar a discussão sobre gênero gramatical até fins do século XIX. Como apontam Carvalho *et al.* (2020a), Grimm (1831) trata gênero dos nominais apenas na discussão sobre as expressões que designam humanos e, até certo ponto, animais, ao afirmar que, para a maioria dos nomes, o alemão não conseguiu distinguir relações reais de gênero em todas as coisas. Para os demais nomes, Grimm afirma ser o gênero gramatical uma extensão do que é natural da imaginação humana na linguagem para todos os objetos. Os valores de gênero seriam distribuídos da seguinte forma: "o masculino é a manifestação do que é anterior, maior, ativo etc., o feminino do que é posterior, menor, passivo, receptivo etc., o neutro do que é criado, material, geral, insensato etc." (Wackernagel [1924] 2009: 448)^{5,6}.

Uma abordagem pronominal de gênero assume que essa categoria tem origem na diferenciação de pronomes, a partir de onde se estende aos nomes. Isso seria visto como um processo de transferência puramente gramatical (assimilação). Como pontua Kilarski (2013), foi Steinthal (1858) quem apontou para a natureza subjetiva da categoria, como demonstrado pela falta de uma correspondência completa entre gênero natural e gramatical. O autor argumentou que gênero gramatical não resulta de qualidades específicas dos objetos denotados, mas sim que se baseia na categorização inerente à percepção ou às qualidades de apercepção que moldam a

⁵ Do original: "the masculine is the manifestation of what is prior, larger, active, etc., the feminine of what is posterior, smaller, passive, receptive, etc., the neuter of what is created, material, general, insensate, etc."

⁶ Faço aqui uma digressão necessária para estabelecer a linha que une um pensamento sociolinguístico pré-estruturalista dos pensadores europeus do século XIX, e em especial e não coincidentemente dos alemães, às "fábulas cultas" de que fala Vernant (2012). O autor cunha a expressão fábulas cultas para ilustrar o germen das ciências humanas no século XIX: "[c]ultas pela erudição, pelo domínio do hebraico e do sânscrito, pelo recurso ao comparativismo na análise dos dados linguísticos [...], pelas relações feitas entre as estruturas das línguas, as formas de pensamento, os traços civilizatórios. Mas também fábulas, fantasias do imaginário social, em todos os níveis" (Vernant 2012: 10-11).

forma interna da língua. A possibilidade de um processo gramatical definido pelos pronomes, no entanto, tem pouco potencial para explicar o papel do gênero gramatical.

Saliento que as bases do pensamento romântico de gramática, ilustrados aqui por Grimm e Steinthal, parte da associação entre língua, cultura, povo e território, componentes constituintes da moderna concepção de estado-nação, que foi ressignificado no ambiente contemporâneo nas disputas imperialistas. Assim, o entendimento de gênero gramatical como “uma característica dos povos historicamente significativos, os arianos, semitas e egípcios”, como descrito por Miklosich (*apud* Kilarski 2013: 153), tem consequências catastróficas no século XX, como aponta Olender (2012). Portanto, uma das grandes contribuições do modelo científico estruturalista foi a tentativa de desvencilhar os traços linguísticos de qualquer modelo social hegemônico na época, embora essa herança esteja ainda bastante arraigada, quase indelével, na escola estruturalista. Por exemplo, podemos traçar semelhanças ao tratamento da marcação de gênero no estruturalismo e o seu conceito romântico: o gênero masculino é aquele não marcado, gramaticalmente “natural”, enquanto o gênero feminino é derivado do masculino, marcado, “dependente”.

Entretanto, é ainda com base nessa tradição que gênero, nas línguas românicas e germânicas, vem sendo categorizado: seja a partir de sua realidade referencial biologizante, quando associada ao sexo dos seres animados, seja a partir de realidade morfossintática, quando atribuída aparentemente de forma arbitrária aos nomes. Esse debate se mantém nos estudos da linguagem no século XX, em trabalhos como os de Jespersen (1924), Bloomfield (1933), Bally (1935), Fodor (1959), Kuryłowicz (1964) e Ibrahim (1973). Bloomfield sumariza de forma clara a ideia estruturalista de gênero gramatical como arbitrário: “[a]s categorias de gênero, na maioria das línguas indo-europeias [...] não concordam com nada no mundo real, e isso é verdade para a maioria de tais classes” (Bloomfield 1933: 271)⁷. E continua, firmando que não há “nenhum critério prático pelo qual o gênero de um nome em alemão, francês ou latim possa ser determinado” (Bloomfield 1933: 280)⁸. Por outro lado, Greenberg (1963), Aksenov (1984), Corbett (1991, 2015) e Aikhenvald (2000, 2016), por exemplo, defendem uma motivação semântica para gênero. Aksenov (*apud* Corbett 1991: 8) afirma que “de certa forma, todos os sistemas de gênero são semânticos no sentido de que sempre há um fundo semântico [extralinguístico] para o sistema de atribuição”⁹. Segundo Aronoff (2016), entretanto, essa possível motivação “natural” apontada por Aksenov é o único sentido em que gênero seria natural.

Em ambos os casos (biologizante ou gramatical), a definição de gênero na tradição indo-europeia está sempre (ou, pelo menos, na maioria das vezes) associada aos seus reflexos morfossintáticos. Greenberg (1978), na introdução de seu artigo, define um sistema nominal de gênero como

um sistema no qual os lemas nominais de uma língua se dividem em um conjunto de gêneros, sendo essa distinção baseada no fato de que a escolha de um nome pertencente a um gênero particular determina a escolha entre um conjunto de formas alternativas de *concordar* com uma

⁷ Do original: The gender-categories of most Indo-European languages [...] do not agree with anything in the practical world, and this is true of most such classes.

⁸ Do original: ...no practical criterion by which the gender of a noun in German, French, or Latin could be determined.

⁹ Do original: In a sense all gender systems are semantic in that there is always a semantic core to the assignment system.

ou mais classes outras de morfemas ou palavras, por exemplo artigos, demonstrativos, adjetivos, pronomes anafóricos não ligados, pronome incorporado em um complexo verbal, etc¹⁰.

(Greenberg 1978: 49)

Corbett (1991) também define gênero a partir de suas relações de concordância. Concordância aqui, seria entendida como a operação que envolve dois elementos linguísticos que compartilham um traço com valor morfossintático (tais como gênero, número e pessoa), com um valor particular (masculino ou feminino, singular ou plural, por exemplo): um controlador, que determina o valor a ser assumido pelos traços formais lexicais dos elementos em seus domínios sintáticos; e um elemento controlado, ou alvo, sintaticamente relacionado com o primeiro (*cf.* Carvalho 2013: 31).

3. QUAIS OS VALORES DE GÊNERO NO PORTUGUÊS?

Existem basicamente duas correntes para o tratamento de gênero gramatical na literatura linguística: (i) gênero como um dos valores lexicais do nome e (ii) gênero como um valor da flexão nominal. A seguir, apresento brevemente algumas análises propostas para o português em cada uma das vertentes.

3.1. Gênero como valor lexical

A ideia de gênero como valor intrínseco do nome é uma herança do pensamento filosófico dominante nas gramáticas especulativas medievais. Essa vertente de investigação linguística do gênero gramatical concebe-o como um valor lexical do nome. Alguns autores trataram gênero no português a partir desse ponto de vista.

Para Dettoni (2003), por exemplo, gênero é inerente ao nome, o que não significa que o nome necessariamente deva ter uma marca flexional, já que a grande maioria dos nomes é invariável quanto ao gênero. Segundo a autora, um aspecto fundamental a ser considerado é que a ideia de que gênero é uma característica inerente aos nomes não significa, necessariamente, que estes últimos tragam em si uma marca morfológica do seu gênero. Na verdade, isso raramente ocorre, de tal modo que as evidências para a existência de gêneros em uma língua são geralmente atestadas por meio das relações de concordância que se estabelecem entre os nomes e artigos e adjetivos que com eles coocorrem. Assim, para Dettoni (2003), as evidências para a existência de gênero em uma língua devem ser buscadas fora do nome.

Mattos e Silva (2006) também assume que gênero é imanente ao nome. A autora defende a natureza semântica de gênero e veta sua opcionalidade pelo falante. Nas palavras da autora,

[g]ênero pode ser compreendido como um traço semântico inerente aos nomes substantivos, nunca será da escolha do falante. É assim hoje, era no período arcaico e isso herdamos do latim, em que a concordância com os adjetivos da primeira classe, com determinantes e

¹⁰ Do original: [a] system in which the noun stems of a language are divided into a set of genders, this distinction being based on the fact that the choice of a noun belonging to a particular gender determines the choice among a set of alternative "agreeing" forms in one or more other classes of morphemes or words, e.g.: articles, demonstratives, adjectives, unbound anaphoric pronouns, pronoun incorporated in a verb complex, etc.

quantificadores, que tinham flexões diferentes para o masculino, feminino e neutro, indicava o gênero do nome. Note-se que não dispunha o latim do artigo, inovação românica, que virá a ser o indicador básico do gênero do nome que ele determina.

(Mattos e Silva 2006: 103)

Lobato (1994) também assume ser a natureza do gênero gramatical semântica cuja evidência seria a imanência nominal desse traço, em oposição ao traço de número, uma vez que este corresponde a uma escolha dos falantes. Como veremos adiante, entretanto, diferentemente do que afirma Lobato, não há uma homogeneidade nem uma polarização dos traços de gênero e número. Trabalhos como os de Armelin (2015) e Carvalho *et al.* (2020b), por exemplo, demonstram que gênero gramatical não deve ser entendido como sinônimo de gênero natural e que sua relação com outras categorias, tais como número, são de natureza cognitiva, mas não opcional.

Os trabalhos resenhados acima, apesar de assumirem gênero como um valor lexical do nome, não escapam de associá-lo à sua realização morfossintática, devido à opacidade dessa categoria no nominal na maioria dos casos. A seguir, apresentaremos algumas propostas de gênero como elemento engatilhador de concordância.

3.2. Gênero como flexão

A segunda vertente predominante nos estudos de gênero no Brasil tem origem no estruturalismo linguístico. A tradição mattosiana na linguística brasileira costuma atribuir dois valores de gênero aos nomes no português: masculino e feminino, sendo essa última a forma marcada na língua, isto é, aquela gerada a partir da forma primitiva do nome. Em outras palavras, gênero nos nomes em português é um fenômeno flexional. Câmara Jr. (1970) propõe uma distinção entre masculino e feminino que seria, respectivamente, morfema \emptyset para masculino, sendo esta a forma não marcada, e $-a$ para feminino, sendo esta última a forma marcada, ou seja, uma especificação do masculino genérico. É possível atribuir essa análise feita pelo autor ao fato de termos uma discrepância na língua portuguesa entre gênero e sexo. Por exemplo, a palavra *testemunha* será sempre feminina e *cônjuge* será sempre uma palavra masculina, independentemente do sexo biológico/gênero do referente. Já em relação aos chamados substantivos epicenos, como *cobra*, será sempre feminino em oposição a *jacaré*, por exemplo, que será sempre masculino. Para esse autor, há três classes temáticas: $-a$, como em *rosa*; $-o$, como em *lobo*; e $-e$, como em *ponte*, que também não devem ser confundidos com gênero ou sexo.

Martin (1975) segue os passos de Câmara Jr. (1970) e assume gênero gramatical do ponto de vista da marcação/não-marcação morfológica. Por outro lado, Kehdi (2003) se opõe a essa dicotomia formal, assumindo que a desinência $-o$ está intimamente ligada a noção de masculino pelo senso comum. Dessa forma, a flexão de gênero não se reduz apenas a uma oposição entre $\emptyset/-a$, e sim a uma oposição $-o/-a$. A desinência $-o$ apresenta a variante \emptyset , como em *peru/perua*, e *u* semivocálico, como em *plebeu/plebeia*. Segundo o mesmo autor, quando se acrescenta $-o$ no final de uma palavra feminina, está se formando a masculina, como *mulher/mulheraço*. Kehdi (2003), entretanto, não discute o valor semântico atribuído ao sufixo $-aço$ em contextos de derivação e seu efeito morfolexical, limitando seu argumento ao $-o$ final.

Rocha (1998: 219) afirma que gênero é explicitado (quando já o é também morfológicamente) e muitas vezes indicado exclusivamente (quando não o é morfológicamente) através do expediente sintático (determinantes flexionados), uma vez que um grande número de nomes em português não apresenta morfologia de gênero. O autor propõe haver uma duplicidade, uma

redundância na marcação de gênero (como com os demais traços nominais), pois estes são marcados duas vezes, morfológica e sintaticamente, pelo mecanismo da concordância. Segundo este autor, os nomes não-sexuados (95,5% dos nomes) e até parte dos nomes sexuados (ex.: criança) sem gênero imanente corroboram a hipótese de que em sua maioria os nomes recebem apenas o gênero sintático e semântico ou cultural, ou seja, estabelecido pragmaticamente num contexto de relações sociais. Como os morfemas de gênero são restritos a poucos nomes, gênero não pode ser só flexão, tendo em vista sua irregularidade na produção de novos itens lexicais. Conclui-se, portanto, que gênero é um fenômeno morfossintático.

Rocha (1998), entretanto, aponta para o fato de os limites entre a natureza morfológica (derivacional) e sintática (flexional) de gênero não serem claros. O interessante é que, nesse ponto, gênero e número parecem se diferenciar, já que flexão de gênero é muito mais irregular que a de número. Por exemplo, para Sandman (1991), o morfema *-a* do feminino seria um sufixo derivacional, pois marcaria flexão (desinência de gênero) e derivação (sufixo derivacional) ao mesmo tempo.

Ainda sobre o papel de gênero gramatical no fenômeno da concordância, Lucchesi (2000: 210) assume ser sua concordância um fenômeno de interface entre a morfologia e a sintaxe. Como fenômeno morfológico, se constrói a partir das desinências flexionais de gênero. Já como fenômeno sintático, se constrói junto aos determinantes e modificadores em relação ao núcleo nominal e nas relações predicativas.

Carvalho (2013) esboça um modelo morfossintático para tratar a categoria gênero a partir de seu reflexo morfossintático. O autor assume com Kramer (2015: 109) que gênero pode ser definido como a distribuição dos nomes em duas ou mais classes, como refletido na concordância morfológica nos determinantes, adjetivos, verbos e outras categorias sintáticas (Carvalho 2013: 35).

3.3. Uma terceira via para gênero

Sintetizando a discussão feita até aqui, há pelo menos duas realidades gramaticais para gênero no português: uma morfológica e uma semântica. Como já apontado anteriormente, gênero pode ser marcado morfofonologicamente através dos morfemas *-o* e *-a*, distinguindo os nomes nessa língua em duas classes: masculino e feminino, respectivamente. Por outro lado, do ponto de vista semântico, as classes de gênero são associadas a seres animados, que podem ser distribuídas de três formas:

- (i) lexicalmente, como pode ser observado nos pares *homem/mulher*, *boi/vaca*, *cachorro/cadela*, *cabra/bode* etc.;
- (ii) morfológicamente, a partir da adjunção do morfema *-a* à base lexical para o feminino, com ou sem supressão da vogal temática do masculino, como em *menin-o/menin-a*, *professor/professor-a*; *vítima* e alguns nomes de animais, como *cobra*, *onça* e *jacaré*, não possuem forma flexionada para gênero;
- (iii) sintaticamente, com a marca de gênero expressa apenas no determinante que acompanha o nome, como em *o/a estudante*.

(Carvalho 2018: 639)

O autor, questiona a natureza intrinsecamente nominal de gênero e sua obrigatoriedade de marcação morfológica nas relações de concordância que estabelece na sintaxe. Um dos argumentos levantados pelo autor é a heterogeneidade no licenciamento de gênero (ou na variabilidade da aplicação da regra de concordância, como preferem os estudos mencionados a

seguir) nas diferentes variedades do português, como, por exemplo, no caso das variedades afro-brasileiras. Lucchesi (2000, 2009), Karim (2004), Carvalho (2011), Bismarck Lopes (2014), Bismarck Lopes *et al.* (2016), entre outros, apresentam dados que ilustram o comportamento não canônico de gênero nessas variedades, como pode ser observado nos dados abaixo:

- 14 a. Ele era um pessoa muito querido
 - b. [...] num tem cobra nenhum que num é braba
 - c. cada um tem um natureza
15. Vai até nesse ponta lá, torna torce e volta.
16. DOC1: - E essas mulheres nunca tiveram problema?
INF: - Tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo!
17. Esse é neta de Maria Santa.

(Carvalho 2011: 84)

Os exemplos acima, extraídos do banco de dados do Projeto Vertentes¹¹, mostram uma variação caracterizada por uma hipotética neutralização das marcas de gênero nos elementos nominais (pronomes pessoais, determinante, quantificador, adjetivo) que acompanham (14-15), retomam (16) ou são o próprio o núcleo nominal (17), que mantém marca morfológica de feminino, causando incompatibilidade de traços de concordância.

Moura (2009) chama atenção para o tratamento de gênero nos pronomes pessoais na concordância em predicções copulativas. A autora, em uma análise do comportamento dos pronomes de 1ª e 2ª pessoas *versus* os de 3ª pessoa no português brasileiro, aponta não haver pistas morfológicas no controlador (pronomes) para a aplicação da regra de concordância, o que não a impede de ser aplicada.

- 18 a. eu estou interessado/feliz eu estou interessada/feliz
 - b. você está interessado/feliz você está interessada/feliz
 - c. ele está interessado/feliz ela está interessada/feliz
 - d. nós estamos interessados/felizes nós estamos interessadas/felizes
 - e. a gente está interessado/feliz a gente está interessada/feliz
 - f. vocês estão interessados/felizes vocês estão interessadas/felizes
 - g. eles estão interessados/felizes elas estão interessadas/felizes

(Moura 2009: 172)

A autora adota a análise de que há uma assimetria na natureza dos pronomes pessoais: enquanto os de 3ª pessoa herdaram o traço de gênero historicamente, uma vez que derivam de demonstrativos latinos, os de 1ª e 2ª têm seu traço de gênero estabelecido referencialmente. Porém, em ambos os casos, o traço está disponível no léxico da língua (provavelmente graças à Gramática Universal, como será apontado na seção seguinte) e sua sintaxe deve lidar apenas com as especificações lexicais dos pronomes e não com sua estrutura morfológica. Essa análise

¹¹ <http://www.vertentes.ufba.br/>

é compartilhada por Carvalho (2008), que estabelece critérios léxico-sintáticos para essa concordância.

Entretanto, a norma culta do português brasileiro apresenta restrições na aplicação da regra de concordância de gênero. Foltran *et al.* (2013) e Rodrigues *et al.* (2015) discutem a obrigatoriedade da não aplicação da regra de concordância de gênero em sentenças *panquecas*, construções que não apresentam marca de concordância de gênero em sentenças predicativas adjetivas, como ilustrado abaixo:

19. Maria bêbada é chato.

20. Crianças é divertido.

(Foltran e Rodrigues 2013: 269)

Como aponta Carvalho (2013, 2018), exemplos como os dados acima nos fazem questionar a superficialidade do conceito de gênero gramatical como mero classificador nominal ou, como define Greenberg (1978: 49), um sistema de classes cuja função é distribuir os nomes em categorias de concordância. Assumo no presente trabalho que gênero é uma categoria complexa e que apresenta operações cujo escopo vão do léxico à sintaxe.

4. PERSPECTIVA TEÓRICA PARA UMA MORFOSSINTAXE DE GÊNERO

Como bem sumariza Schwindt (2018: 752), as principais análises para gênero e classe no português divergem quanto ao seu acarretamento morfológico:

- Camara Jr. (1970): classe e gênero são categorias morfológicas maximamente distintas, confundindo-se com a substância fônica;
- Alcântara (2010): classe é uma categoria geral à qual gênero é subordinada;
- Schwindt (2011, 2018): classe e gênero são distintos maximamente na morfologia e sua realização obedece a restrições de ordem hierárquica em sua materialidade morfofonológica;
- Armelin (2015): classe e gênero são o produto da exponenciação do núcleo funcional *Gen*.

Carvalho (2018) assume uma visão mista dessas análises. Partindo da ideia de que gênero é um valor da categoria classe, concorda com Alcântara (2010) no que diz respeito à classe ser uma categoria mais geral, que abrange gênero. Entretanto, discorda da autora quanto à natureza dessa categoria, que seria um item puramente formal presente na Lista 1 (Halle *et al.* 1993, 1994). Diferentemente das propostas de Camara Jr. (1970) e Schwindt (2011, 2018), a visão mista de Carvalho atribui a classe e gênero um valor categorial lexical relevante para a sintaxe dos nomes, podendo ou não apresentar materialidade morfofonológica, mas que podem ser recuperadas morfossintaticamente. Por fim, o autor concorda com Armelin (2015) que classe nominal e gênero fazem parte da mesma categoria sintática, mas diverge da autora em relação à estrutura sintática do nominal. Assumo integralmente aqui essa análise para gênero.

A posição lexicalista de gramática aqui adotada prevê um léxico que lida exclusivamente com traços, não apenas formais, como defendido na perspectiva da Morfologia Distribuída, mas todos os traços relacionados com a gramática e suas interfaces conceitual-intencional e articulatório-perceptual (*cf.* Carvalho 2008). Assim, um modelo minimalista da gramática

mental (Chomsky 2008) viabiliza o melhor aparato para a construção de uma gramática baseada em traços, pois são esses os elementos mais atômicos da gramática da língua (Adger e Svenonius 2010; Carvalho 2012).

Dessa forma, uma Gramática Universal deve atender de forma unificada à generalidade transmodular da linguagem humana, fornecendo insumos para a construção da gramática das línguas, os traços-phi, entendidos como traços envolvidos nas relações de concordância e geralmente rotulados como pessoa, número, gênero e caso¹², que são manipuláveis por qualquer dos módulos da gramática (morfologia, sintaxe, semântica) e operados desde o léxico. A esse modelo, dá-se o nome de Teoria-phi (Adger e Harbour 2008).

Juntamente com o modelo de traços-phi, lanço mão de um modelo de concordância baseado na Tipologia Canônica, como já mencionado na introdução deste trabalho, iniciada em Corbett (2006). A Tipologia Canônica envolve a análise e a definição de fenômenos sujeitos à variabilidade (inter e intralinguisticamente). A concordância é vista, a partir dessa perspectiva, como um fenômeno envolvendo pelo menos dois elementos linguísticos que compartilham pelo menos um traço-phi, que, por seu turno, deve conter pelo menos um valor privativo. A partir dessa premissa, as relações de concordância são estabelecidas da seguinte forma:

[...] um controlador, que determina o valor a ser assumido pelos traços formais lexicais dos elementos em seus domínios sintáticos; e um elemento controlado, ou alvo, sintaticamente relacionado com o primeiro. Em algumas línguas, concordância gramatical pode resultar em flexão do elemento controlado, que torna uma operação sintática reconhecível pelo sistema de processamento da língua. Concordância de gênero é universalmente controlado por um nome. O tipo de relação de concordância de gêneros que são morfofonologicamente expressos em elementos sintaticamente relacionados com o nome varia interlinguisticamente e caracteriza o sistema de gênero de cada língua particular.

(Carvalho 2013: 31)

As relações estabelecidas acima podem ser ilustradas nos exemplos do português em (21):

21. Português brasileiro

- a. A.FEM cerveja.FEM gelada.FEM
- b O.MASC coco.MASC gelado.MASC
- c. Maria.FEM foi encontrada.FEM morta.FEM
- d. João.MASC foi encontrado.MASC morto.MASC

(Carvalho 2013: 32)

As relações canônicas de concordância em (21) podem ser observadas na morfologia dos elementos nominais que, a partir da aplicação da regra canônica de concordância, espalha os traços nominais nos elementos que estabelecem concordância com estes: determinantes, adjetivos e formas participiais. Em (21a), o nome (*cerveja*) apresenta o traço de gênero feminino, ativando a marcação desse traço nos demais elementos nominais satélites. O mesmo ocorre em (21b), em que a regra é aplicada no nome masculino (*coco*) e em (21c,d), em que a forma participial replica a marca de gênero do nome, o feminino de Maria e o masculino de João.

¹² Carvalho (2008, 2018) propõe uma ampliação dos traços-phi na Gramática Universal. Alguns desses traços serão discutidos na seção seguinte.

Ainda dentro da perspectiva da Tipologia Canônica, o domínio mais local da concordância de gênero é o sintagma nominal¹³. Segundo Audring (2019), nomes possuem um valor consistente de gênero como uma propriedade lexical inerente e regras de atribuição lexicais (*assignment rules*) determinam quais nomes recebem quais valores de gênero. Essas regras podem ser semânticas, fonológicas ou morfológicas, como ilustradas abaixo com o alemão:

22. Regra semântica: Nomes que denotam categorias lexicais são neutros
 das Substantiv
 D.NEUT substantivo
23. Regra fonológica: nomes monossilábicos terminados em /f/ são masculinos
 der Mensch
 D.MASC humano
24. Regra morfológica: nomes que recebem o sufixo *-(e)n* são femininos
 die Türen
 D.FEM porta

Audring (2019) chama a atenção para o caráter não categórico de tais regras, estando subordinadas a regras formais. Entretanto, como apontado por Carvalho (2019), o papel do gênero gramatical não deve ser reduzido a sua realização morfofonológica, havendo uma complexa estruturação das informações morfológicas e sintáticas dessa categoria ainda no léxico.

Assim, assumo no presente trabalho que gênero gramatical é um traço-phi e, como tal, obedece a princípios estabelecidos pela Gramática Universal sobre o funcionamento das línguas. Tal assunção desonera o núcleo nominal da exclusividade deste traço, visto que, na condição de traço formal, deve obedecer a regras de boa formação da sentença na derivação e, assim, não pode ser apanágio de um ou outro item lexical (*cf.* Chomsky 2008).

5. DEPENDÊNCIAS E DOMÍNIOS MORFOSSINTÁTICOS DE GÊNERO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Como visto até o momento, gênero gramatical não é um fenômeno exclusivamente morfológico, como vislumbrava Camara Jr. (1970, 1972), mas pode ser entendido como um fenômeno morfofossintático, pois ao tempo em que sua realização é percebida na unidade nominal, seja ela o núcleo ou outro elemento nominal(izado) (pronomes, adjetivo ou particípio), essa categoria essencialmente opera no nível sintático. Esta seção pretende apresentar em quais relações sintáticas gênero gramatical está presente e qual seu papel nelas. Ao final, oferecerei algumas ponderações iniciais sobre a função do gênero gramatical enquanto valor de individuação, cuja leitura está vinculada a aspecto nominal.

Na seção anterior, apresentei alguns exemplos que demonstram que o gênero gramatical manifesta-se enquanto unidade de concordância, ilustrando a discussão, inclusive, com dados de variação morfofossintática (*cada um tem um natureza*) e restrições da aplicação da regra de

¹³ Uma tentativa de interlocução entre o modelo gerativista minimalista e a tipologia canônica é proposta em Carvalho (2016b).

concordância (*criança é divertido*). No entanto, gênero gramatical como instrumento morfossintático está envolvido em outros mecanismos sintáticos, como anáfora sentencial e resumção.

A retomada anafórica é sensível aos traços de gênero e definitude em línguas como o português brasileiro. Nessa língua, a ligação anafórica só é licenciada quando da presença de um determinante nominal do controlador (*cf.* 25).

25. a. Eu consegui o/um *apartamento* e já *ol/Ø comprei/comprei ele*.
- b. Eu consegui a/uma *casa* e já *a/Ø comprei/comprei ela*.
- c. Eu consegui *apartamento* e já **o/Ø comprei/comprei *ele*.
- d. Eu consegui *casa* e já **a/Ø comprei/comprei *ela*.

A leitura genérica do complemento verbal do primeiro conjunto da coordenação em (25) impede uma retomada desse elemento por um pronome (pleno ou clítico) no segundo conjunto. Em outras palavras, a impossibilidade de referenciação dos nominais desautoriza uma recuperação anafórica do controlador. Os dados sugerem que os traços de gênero e definitude, presentes na concordância nominal entre o nome e o determinante, devem ser obrigatoriamente copiados pelos demais alvos nas relações de concordância. Assim, a retomada anafórica só é autorizada por um pronome foneticamente nulo. Essa constatação nos dados em (25) induzem à interpretação de que a interface articulatorio-perceptual é sensível aos traços de gênero e definitude. O pronome anafórico clítico de terceira pessoa realizado exige, em português brasileiro, portanto, um conjunto completo de traços-phi que podem ser encontrados em certos determinantes, sejam definidos ou não, o que nos impele a inseri-los no conjunto de traços formais (ilegíveis para as interfaces em um minimalismo chomskyano).

26. a. As cervejas são boas, mas não posso bebê-las.
- b. Um^sas cervejas são boas, mas não posso bebê-las
- c. *Cervejas são boas, mas não posso bebê-las.
- d. *Cerveja é boa, mas não posso bebê-la.
- e. *Cerveja é bom, mas não posso bebê-la.
- f. *Cerveja é bom, mas não posso bebê-lo.
- g. Cerveja é bom, mas não posso beber \emptyset .

(Carvalho 2018: 647)

A sequência em (26) mostra que independentemente da realização morfofonológica dos traços-phi no sintagma nominal, na ausência de um determinante, a retomada anafórica de phi é bloqueada. Os exemplos em (26a,b) são bem formados, pois os nomes são acompanhados de determinantes (artigo definido e indefinido) com marcas phi. Já os dados em (26c-f) não são possíveis no português brasileiro devido à ausência de um determinante contendo traços-phi compatíveis com o núcleo nominal. Portanto, na ausência de um determinante que estabeleça uma relação de concordância-phi com seu núcleo, o português brasileiro permite apenas a retomada anafórica através de um pronome não realizado (*cf.* 26g).

Ainda, com a retomada anafórica com pronomes plenos, possível no português brasileiro, a regra morfossintática aplicada em (25) é acionada, como ilustrado nos exemplos em (27) e (28).

27. a. Bicicletas são um ótimo meio de transporte porque elas/ Ø/*ele não poluem.
 b. Bicicletas são ótimos meios de transporte porque elas/eles/Ø não poluem.
 c. Bicicleta é um ótimo meio de transporte porque *ela/ele/Ø não polui.
28. a. A criança_i diz que ela_{i/j}/Ø_i brinca de boneca.
 b. Criança_i diz que *ela_{i/j}/Ø_i brinca de boneca.

(Carvalho 2018: 648)

Os dados em (27) são bastante intrigantes. Em (27a), a retomada pronominal na posição sujeito da sentença encaixada é licenciada com a concordância no feminino, traço presente no sujeito da *small clause* matriz (bicicleta), e é bloqueada quando o pronome está na forma masculina, na tentativa de se estabelecer uma retomada de “um ótimo meio de transporte”. Em (27b), a retomada é possível com ambos os conjuntos da *small clause*. Já em (27c), a retomada só é possível com “um ótimo meio de transporte”. Nos três exemplos, a retomada é licenciada por um pronome nulo. Uma possível explicação para a assimetria em (27) pode ser capturada por uma ordem dos traços componentes da *small clause*. Em (27a), o sujeito está no plural e esse parece ser o traço atrativo para o alvo. Em (27b), o traço plural é satisfeito por ambos os conjuntos da *small clause*, licenciando, portanto, ora um ora outro gênero no pronome resumptivo. Já em (27c), na ausência do traço de número, algum outro traço deve entrar em ação para o licenciamento da retomada pronominal na posição sujeito da oração encaixada. Nesse caso, entrariam em ação os traços da determinação, gerando uma competição: os nominais que apresentarem mais traços de determinação ganharão a disputa. No exemplo em (27c), tanto “bicicleta” quanto “um ótimo meio de transporte” possuem gênero, mas apenas o último carrega alguma informação de especificidade, presente no artigo indefinido. Essa “concorrência” de traços pode ser observada em outros fenômenos da língua que envolvem a realização do pronome pleno de terceira pessoa (cf. Cerqueira 2015, 2019).

O mesmo ocorre nos exemplos em (28), mesmo com nominais animados. A referência de um nome não especificado para determinação impede a retomada pronominal na oração encaixada, seja essa referência anafórica ou dêitica.

O licenciamento morfossintático da aplicação da regra de concordância sentencial de gênero no português brasileiro parece estar condicionado pelo preenchimento da posição do determinante no sintagma nominal.¹⁴ Essa restrição, no entanto, é sensível à natureza do elemento determinante, uma vez que quantificadores não licenciam o sintagma nominal na aplicação da regra de retomada anafórica, tendo o pronome obrigatoriamente leitura dêitica (cf. 29).

29. Toda/qualquer criança_i diz que ela_{*i/j}/Ø_i brinca de boneca

(Carvalho 2018: 648)

Animacidade, à primeira vista, parece não interferir na ativação do traço de gênero (contra Duek 2014), seja na retomada anafórica, como mostram os dados (27-29), seja na aplicação da regra de concordância, como visto nos dados em (30) e (31).

30. a. Crianças é divertido/*divertida.
 b. Cervejas é bom/*boa

¹⁴ O catalão e o espanhol apresentam comportamento semelhante ao português quanto à morfossintaxe de gênero e suas relações referenciais na sentença (cf. Picallo 2008).

31. a. Mulher é chato/*chata
 b. Maria bêbada é chato/chata¹⁵

(Carvalho 2018: 648)

A assimetria entre animacidade/inanimacidade nas relações de concordância predicativa nos dados acima é apenas superficial pois, segundo):

[e]m [(30) e (31)], a natureza do gênero do nome aparentemente interfere nos padrões de concordância. Em [(30a)], o plural nu animado *crianças* não suporta um adjetivo feminino como seu predicado. Entretanto, o sujeito de [(30b)] é um plural nu inanimado e comporta-se da mesma forma que [(30a)], da mesma forma que [(31a)], com um sujeito humano. Animacidade, portanto, parece não ser considerada nessas relações. [(31b)], por sua vez, apresenta um nome próprio na posição sujeito (Maria) que engatilha concordância interna ao NP e varia quanto ao engatilhamento de concordância externa. A resposta para esse aparente problema reside no fato de que nomes próprios são, na verdade, determinados semântica e pragmaticamente, e, nesses casos, a aplicação das regras de concordância em [(31b)] faz com que a sentença tenha uma leitura mais definida do que sem a aplicação da regra.

Carvalho (2018: 648-649)

Contudo, gênero e animacidade interagem e restringem a leitura referencial em estruturas de hiperalçamento, como as de (32) e (33), abaixo¹⁶:

32. a. [TP [o Paulo]_i [vP [vP *t_i* convenceu [a Maria]] [que *t_i* tinha que ir embora]]]
 b. [TP [o Paulo]_i [vP [vP *t_i* convenceu [a Maria]] [que *ele_i* tinha que ir embora]]]
 c. [TP [o Paulo] [vP [vP convenceu [a Maria]_i] [que *ela_i* tinha que ir embora]]]
 33. a. [TP [o cartaz]_i [vP [vP *t_i* convenceu [a Maria]_j] [que *t_{*i/j}* tinha que ir embora]]]
 b. [TP [o cartaz]_i [vP [vP *t_i* convenceu [a Maria]] [que *ele_{*i/j}* tinha que ir embora]]]
 c. [TP [o cartaz] [vP [vP convenceu [a Maria]_i] [que *ela_i* tinha que ir embora]]]

Em (32a), o hiperalçamento de *o Paulo* controla a referência da posição de base na oração encaixada. A presença de um pronome resumptivo em (32b) nessa posição de base não altera a leitura referencial do sujeito alçado. Apenas quando há mudança da marca de gênero do pronome resumptivo a leitura referencial muda, como em (32c). O mesmo não ocorre em (33), em que a referência do sujeito mais encaixado é obrigatoriamente estabelecida mais localmente, uma vez que o sintagma nominal mais alto não permite uma leitura ligada¹⁷. A única diferença entre os sujeitos mais altos em (32) e (33) é o traço de animacidade. Assim, mesmo havendo compatibilidade phi entre os demais traços do sintagma nominal “o cartaz” e o pronome

¹⁵ De acordo com um parecerista ad hoc, o ex. (31b) pode ter leituras distintas a depender da marcação ou não de gênero no predicativo, em que a marcação do feminino tem referência ao sujeito expresso (Maria), enquanto a não marcação tem como referente um evento (Maria bêbada). Essa é a análise de Foltran e Rodrigues (2013), que considera a existência de uma concordância semântica distinta da sintática nesse tipo de construção. Carvalho (2018), entretanto, propõe uma análise estritamente morfossintática, não distinguindo leituras eventivas na derivação sintática.

¹⁶ O ex. em (32a) foi extraído de Coelho *et al.* (2019: 92), enquanto os demais dados são manipulações do exemplo.

¹⁷ Uma análise alternativa permite pensar que a oração relativa serviria como uma espécie de especificação de *Maria*, o que bloquearia sua retomada na forma de um pronome pleno.

resumtivo “ele”, a retomada anafórica é bloqueada. Somos levados a pensar, portanto, que animacidade deve participar das condições de licenciamento na sintaxe do português.

A partir da discussão dos dados acima, assumo um conjunto de traços componentes de classe nominal, considerando traços semânticos como constituintes da composição da leitura da classe nominal do português, reproduzidos aqui em (34).

34. *Outputs* de classe nominal no português¹⁸

[class]	masculino/neutro inanimado
[class[anim]]	masculino animado
[class[anim[hum]]]	→ masculino (animado) humano
[class[fem]]	feminino inanimado
[class[fem][anim]]	feminino animado
[class[fem][anim[hum]]]	feminino (animado) humano

A combinação dos traços em (34) gera diferentes *outputs* morfossintáticos que são o produto das relações sintáticas dentro do sintagma nominal, como ilustrado no Quadro 1 abaixo. Os padrões de concordância no sintagma nominal possíveis no português são o resultado da combinação dos traços em (34). A regra de concordância obedecerá, dessa forma, a composição de traços de classe dos nomes (controladores) e sua correspondência mínima, estabelecida pelos valores de gênero. Os demais valores de classe, como animado e humano, são relevantes para a aplicação da regra de concordância fora do domínio do nominal, no domínio sentencial, como nos exemplos envolvendo retomada anafórica e resumpção apresentados anteriormente neste trabalho.

Controlador (carro)	Alvo (o)
[class]	[class]
Controlador (cachorro)	Alvo (o)
[class[anim]]	[class]
Controlador (homem)	Alvo (aquele)
[class[anim[hum]]]	[class]
Controlador (mesa)	Alvo (a)
[class[fem]]	[class[fem]]
Controlador (vaca)	Alvo (aquela)
[class[fem][anim]]	[class[fem]]
Controlador (mulher)	Alvo (a)
[class[fem][anim[hum]]]	[class[fem]]

Quadro 1. Arranjos de traços de classe no sintagma nominal em português.
Fonte: Elaborado pelo autor

¹⁸ Esses *outputs* são os mesmos propostos em Carvalho (2018: 653).

Bezerra (2017), em pesquisa independente sobre o português brasileiro, chega a conclusões semelhantes a partir de estudos experimentais. Com base no modelo teórico do *Garden Path*¹⁹, uma teoria sintática do processamento cognitivo de língua, a autora realiza dois experimentos (leitura automonitorada e rastreamento ocular) conduzidos com o intuito de averiguar o papel da referencialidade no processamento de orações relativas associadas a sintagmas nominais do tipo substância, reproduzidos em (35). A autora encontrou evidências em ambos os experimentos de que o processamento dessas orações é influenciado pela referencialidade dos núcleos que os compõem. Um dos traços mais salientes nesse processo é gênero.

- 35 a. O policial apreendeu [a bolsa de couro]_i; que foi irregularmente [importada]_i; pela empresa.
 b. O policial apreendeu a bolsa [de couro]_i; que foi irregularmente [importado]_i; pela empresa.
 c. O policial apreendeu [a bolsa do couro]_i; que foi irregularmente [importada]_i; pela empresa.
 d. O policial apreendeu a bolsa [do couro]_i; que foi irregularmente [importado]_i; pela empresa.

(Bezerra 2017: 183)²⁰

Os dados em (35) causam uma ambiguidade referencial que gera diferentes análises no processamento linguístico (*parser*). Segundo a autora, “[n]o NP complexo ‘o sapato de(do) couro’ (que é do tipo ‘substância’ pois o N2, ‘(o) couro’, especifica o material de que é feito o N1, ‘o sapato’), há dois locais de aposição possíveis para a oração relativa ‘que foi irregularmente importado pela empresa’: o N1 e o N2” (Bezerra 2017: 180).

Os resultados dos experimentos apresentados em Bezerra (2017) mostraram que o tempo de leitura é menor quando o traço de gênero do particípio da oração relativa concorda com o núcleo do sintagma nominal complexo, como em (35a). Bezerra (2019) encontra resultados semelhantes com o mesmo experimento, agora verificando o papel de definitude, entendida pela autora como realização do artigo definido, na referência das sentenças em (35), considerando que definitude, da mesma forma que gênero, são elementos composicionais da referência nominal, como demonstrado no presente trabalho.

Por fim, trago algumas ponderações iniciais feitas em Carvalho *et al.* (2020c) que apresentam algumas evidências do papel aspectual nominal do gênero gramatical nas línguas. Os autores discutem acerca do papel da categoria gênero gramatical, baseando-se na predição de que, ao lado de número, essa categoria tem papel fundamental na distribuição dos nomes. Essa leitura morfossemântica de gênero é capturada quando observamos restrições de perspectivação dos nomes a depender do traço de gênero gramatical que possuem. Como se pode notar, os exemplos em (36) permitem uma diferença de quantificação proporcionada ao mudarmos o gênero do nome:

- 36 a. Gato gosta de peixe.
 b. Gata gosta de peixe.

(Carvalho *et al.* 2020c: 11)

¹⁹ Teoria do *Garden Path* é um modelo *syntax-first* de processamento de sentenças: o processador de frases humano (*parser*) atribui uma representação sintática ao *input* linguístico, tendo acesso apenas a informações sintáticas, sendo limitado por restrições de memória de trabalho. A teoria pressupõe que, ao lidar com ambiguidade estrutural, o *parser* escolhe imediatamente uma análise específica, que corresponde à análise que requer o menor número de estrutura sintática (Princípio da Aposição Mínima (Frazier 1979))

²⁰ Os exemplos no texto original no trabalho de Bezerra (2017) não apresentam os índices e colchetes, que foram acrescentados no presente trabalho para facilitar a identificação das relações sintáticas aqui discutidas.

Em (36a), a forma masculina *gato* possui leitura coletiva, gerando a leitura de que todo gato, independentemente de seu sexo, gosta de peixe. Em outras palavras, *gato* tem leitura universal de espécie. Já em (36b), a forma feminina *gata* impõe restrição na leitura quantificada, permitindo uma leitura perspectivizada da sentença, em que apenas as fêmeas, no universo dos felinos domésticos, gostam de peixe.

Os autores ainda apontam que essa função quantificacional do traço de gênero pode ser observada na sufixação do português, em que sufixos como *-ada* e *-agem*, formam nomes coletivos, causando obrigatoriedade de marcação de feminino, como ilustrado em (37) abaixo:

37. a. menino → *meninada*
 b. ramo → *ramada/ramagem*

Essa parametrização de individuação por gênero é um fenômeno encontrado em um grande número de línguas distintas geneticamente. O árabe, por exemplo, apresenta essa relação entre marca de gênero e leitura quantificada:

38. a. ?akal-tu tamr-an
 comer-1 tâmara-AC
 "comi (uma ou mais) tâmaras"
 b. ?akal-tu tamr-at-an
 comi-1 tâmaras-FEM-AC
 "comi (uma) tâmara"

(Fehri 2019: 81)

A mudança de gênero na língua ojibua, falada nas regiões em torno do lago Superior (Canadá e Estados Unidos), gera leitura singularizada em nomes de massa, como ilustrado em (39) abaixo. A mudança de gênero (*gender shift*) inanimado/animado em ojibua, possibilita, segundo Mathieu (2012), a pluralização dos nomes de massa (*-ag* é o sufixo de animacidade na língua). Mesmo não alterando a referência do gênero (os nomes não passam a ser interpretados como seres animados), a inserção do sufixo *-ag* permite pluralização e, conseqüentemente, sua individuação.

39. a. maandaamin ‘milho’ → maandaamin-ag ‘pedaços de milho’²¹
 b. semaa ‘fumo’ → semaa-g ‘pedaços de fumo’
 c. mikwam ‘gelo’ → mikwam-iig ‘pedaços de gelo’
 d. mnoomin ‘arroz’ → mnoomin-ag ‘grãos de arroz’
 e. mashkosiw ‘vidro’ → mashkosiw-ag ‘cacos de vidro’

²¹ Do original: [(25)] a. maandaamin ‘corn’ – maandaamin-ag ‘pieces of corn’
 b. semaa ‘tobacco’ – semaa-g ‘chunks of tobacco’
 c. mikwam ‘ice’ – mikwam-iig ‘pieces of ice’
 d. mnoomin ‘rice’ – mnoomin-ag ‘grains of rice’
 e. mashkosiw ‘grass’ – mashkosiw-ag ‘blades of grass’
 f. waabigan ‘clay’ – waabigan-ag ‘bits of clay’

f. waabigan ‘barro’ → waabigan-ag ‘pedaços de barro’
(Mathieu 2012: 666)

Mathieu (2012) ressalta que o fenômeno da individuação²² através dos valores de classe, seja por gênero, seja por animacidade, é encontrado em diversas línguas geneticamente distintas, tais como o árabe (semítica), já ilustrado anteriormente, bretão e galês (célticas), dagaare (nigero-congolesa), fox (algonquiana), etc.

Línguas cuchíticas também apresentam semelhante distinção aspectual dos valores de classe. O valor de gênero nessas línguas (feminino, masculino e plural) é identificado na morfologia de concordância verbal, pois a forma nominal é bastante variada, não apresentando desinências morfofonológicas padronizadas para essa categoria. Tsegaye (2017) discute o que ele chama de *gênero plural* em konso, falado no sudoeste da Etiópia. Nessa língua, gênero possui um valor plural cuja relação de concordância, como ilustrado no exemplo em (42), faz com que nomes de gênero plural assumam a mesma forma do sujeito de terceira pessoa com múltiplas referências:

- | | |
|----------------------|------------------------|
| 40. lafta-si? | i=akk-am- t -i |
| osso-DEF.MASC/FEM | 3=mostrar-PAS-3FEM-PF |
| "O osso apareceu" | |
| 41. ḡoyra-si? | i=akk-am- ay |
| árvore-DEF.MASC/FEM | 3=mostrar-PAS-PF-3MASC |
| "A árvore apareceu" | |
| 42. kosaa-sini? | i=akk-am-i- n |
| celeiro-DEF.PL | 3=mostrar-PAS-PF-3PL |
| "O celeiro apareceu" | |

(Tsegaye 2017: 170-171)

Mous (2008) observa que em alagwa, outra língua cuchítica falada na Tanzânia, nomes de gênero plural têm leitura multirreferencial (nos exemplos em (43), (p) significa que o nome é do gênero plural). Essa multirreferencialidade é entendida como não individuada.

43. a. Nomes de líquidos e coletivos
- ilba (p) ‘leite’
 - ma'ay (p) ‘água’
 - qubu (p) ‘cabelo’
- b. Nomes para conceitos temporais
- xwa'i (p) ‘começo da noite’
 - amasi (p) ‘noite’

²² Mathieu (2012) utiliza *singularização* para expressar o mecanismo de criação de indivíduos a partir de coletivos/massa. Por uma questão de padronização no presente artigo, entendo singularização e individuação com sinônimos, mesmo ciente das possíveis consequências empíricas dessa assunção.

aansí (p) ‘tempos anteriores’

piray (p) ‘madrugada’

matlatlee (p) ‘manhã’

c. Nomes de conceitos geográficos

tsiindo (p) ‘oeste’

aluu (p) ‘atrás’

pahaa (p) ‘vale’

rawa (p) ‘topo, céu’

tsee/aa (p) ‘savana, pastagem’

(Mous 2008: 152-153)

As discussões trazidas por Mathieu (2012), Mous (2008) e Tsegaye (2017) sugerem que o que consideramos ser duas categorias semânticas distintas (número e gênero) sejam, na verdade, membros de uma mesma categoria.

Carvalho *et al.* (2020c) chegam a semelhante conclusão em sua descrição de um robusto conjunto de dados que incluem línguas africanas, europeias e asiáticas. Para os autores, nas línguas observadas, gênero marcado (feminino) estabelece leitura mais particularizada ou cumulativa dos objetos, enquanto a não marcação de gênero (masculino/neutro) corresponde a uma leitura mais genérica ou de espécie.

Nessa mesma linha de raciocínio, Picallo (2008, 2017) sugere haver uma relação entre a função de gênero e de número gramaticalmente nas línguas românicas²³. Ao analisar o comportamento morfossintático de gênero no catalão e no espanhol peninsular, a autora propõe que o traço formal de gênero é essencialmente um nominalizador e interage com o traço formal de número, no sentido de que a atribuição de número gramatical depende da atribuição de gênero gramatical nessas línguas²⁴.

Em suma, é possível capturar da discussão acima que o traço de gênero gramatical não é um trabalhador solitário na morfossintaxe do português e de línguas sem familiaridade (e de outras línguas que não foram tratadas no presente trabalho). Esse traço opera em cooperação com outras categorias nominais como definitude, animacidade e número.

Assim, é possível depreender, mesmo que parcial, que os traços-phi, para além sua função tradicional de ativação de concordância, estabelecem e codificam referência, o que inclui gênero e os demais traços nominais. Essa referencialidade pode ser sentencial, dêitica ou aspectual. Concluo, portanto, que o papel de gênero nas relações morfossintáticas não é opaco, como prevê a Tipologia Canônica, indo além de um “engatilhador” de concordância e possuindo papel fundamental na derivação sintática, como ilustram as restrições anafóricas e referenciais anteriormente apresentadas, e na cognição, como mostram os dados de gênero como

²³ Picallo (2008, 2017), apesar de analisar exclusivamente dados do catalão e do espanhol, estende sua proposta às línguas românicas e geral, sem, entretanto, uma necessária comparação de dados para tal.

²⁴ A autora propõe uma distinção entre traços lexicais de gênero e número, que seriam interpretáveis nas interfaces da gramática, e traços formais destas categorias, que seriam não interpretáveis, valorados em uma projeção funcional de flexão interna ao DP (cf. Picallo 2017: 13):

(i) [DET ... [INFL ... [Num] [Gender/Noun class] [n ... “GENDER” ... “NUMBER” ...]]]

perspectivizador quantificacional. O domínio de gênero gramatical, por seu turno, não se restringe ao nome, apesar de ser mapeado a partir dele. Seu domínio se estende ao longo da sentença e a excede, mas sua natureza é aparentemente linguística.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu discutir de forma ampla o caráter morfossintático do gênero gramatical no português brasileiro em comparação com um conjunto diverso de línguas. Partindo de uma distribuição translinguística da realização do gênero gramatical, apresentei algumas considerações sobre essa categoria na tradição gramatical ocidental. Em seguida, revisei as diferentes visões de gênero gramatical no português de uma perspectiva morfofonológica, a partir da proposta de Camara Jr. (1970) de marcação de gênero (*cf.* Martin 1975; Rocha 1998; Kehdi 2003; Matos e Silva 2006), passando por modelos sintáticos (Lobato 1994) e morfossintáticos de análise (Lucchesi 2000, Carvalho 2011, 2013, 2018; Bismarck Lopes 2014; Armelin 2015).

Na seção seguinte, apresentei o aparato teórico-metodológico a partir do qual elaborei a discussão. Apresentei sucintamente a ideia de concordância da Tipologia Canônica (Corbett 2006) e a proposta de uma sintaxe de traços-phi (Harbour *et al.* 2008). Da combinação dos dois modelos, foi possível estabelecer relações complexas na morfossintaxe de gênero no português, visto que se demonstrou ser o seu papel sintático compartilhado com outros traços relevantes na derivação, como definitude e animacidade, o que gera diferentes *outputs* sintáticos a partir de diferentes arranjos desses traços.

Por fim, indicou-se uma relação entre gênero e quantificação, tradicionalmente associada exclusivamente a número, pelo menos em português. Viu-se que a marcação gramatical de gênero estabelece restrições de leitura quantificada na cognição humana, constituindo o que chamamos de perspectivização da quantificação, pois permite recortes espaciais de objetos, formando assim leituras de subconjunto e, dessa forma, aproximando-se de um aspecto nominal (*cf.* Rijkhoff 2002).

Antecipei na introdução do presente artigo que o trabalho não se pretendeu exaustivo. Como já apontado em trabalhos anteriores, gênero é o traço mais enigmático e um dos que têm levantado mais questões na literatura linguística (Corbett 1991: 1; Carvalho 2013: 37). Dessa forma, inúmeras pontos foram conscientemente deixadas de fora da discussão (e outros inconscientemente). Alguns deles dizem respeito aos fatores fonológicos da manifestação e ao desempenho morfossintático de gênero, como aponta Schwindt (2018). Outros, de ordem puramente morfológica, como a hierarquia composicional da relação entre número e gênero. Ainda, questões de natureza sintática, como aquelas apontadas por Cyrino *et al.* (2013) sobre os efeitos semânticos da incompatibilidade da concordância (ou ausência dela) no sintagma nominal, como ilustrado em (44) abaixo, que, segundo os autores “são perfeitamente interpretáveis em um contexto no qual ‘bola’ e ‘garrafa’ são relacionados a entidades animadas no mundo” (Cyrino *et al.* 2013: 106).

44. a. A bola está na minha casa.
 b. O bola está na minha casa.
 c. A garrafa está na minha casa.

d. O garrafa está na minha casa.

Uma questão de natureza semântico-pragmática surge se pensarmos no fenômeno ilustrado em (45).

45. a. A.FEM *João*.MASC adora Lady Gaga.

b. A.FEM *Danniel*.MASC é uma.FEM safada.FEM.

Isso se dá quando um enviesamento do gênero semântico e gramatical gera leituras pragmaticamente especializadas. A comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais/transgêneros/travestis, queer, intersexo, assexuais e demais possibilidades de orientação sexual e/ou identidade de gênero) por exemplo, faz uso dessa inversão de concordância nominal de gênero, utilizando determinantes marcados no feminino pareado com nomes masculinos (cf. 45a) ou estabelece concordância no feminino na sentença com um referente masculino (cf. 45b). Fora da comunidade LGBTQIA+, os exemplos em (45) tem leitura pejorativa.

Panagiotidis (2019) observa que esse fenômeno também é comum no grego moderno e acontece tanto com nomes próprios (cf. 46) quanto com nomes comuns (cf. 47).

46. a. *O* *Antonis* irthe.
DET.DEF.MASC *Antonis*.MASC chegou

"Antonis chegou"

b. *I* *Antonis* irthe.

DET.DEF.FEM *Antonis*.MASC chegou

"Antonis chegou" (Pode ser usado como um termo de carinho, pejorativamente)

47. a. *O* *vasilias* irthe.
DET.DEF.MASC *rei*.MASC chegou

"O rei chegou"

b. *I* *vasilias* irthe.

DET.DEF.FEM *rei*.MASC chegou

"O rei chegou" (Pode ser usado como um termo de carinho, pejorativamente)

c. *I* *vasilisa* irthe.

DET.DEF.FEM *rainha*.FEM chegou

"A rainha chegou"

(Panagiotidis 2019: 198)

Enfim, um sem-número de questões envolvendo o traço de gênero gramatical espera respostas ou, pelo menos, reflexão, seja debruçando-se sobre o português, em que uma tradição indo-europeia ainda dita como se pensar o fenômeno, seja sobre as demais línguas naturais, em especial as não indo-europeias, como o konso apresentado anteriormente, que tensionam essa tradição. Como recomenda Olender (2012), devemos rever o delírio de uma lógica genealógica, que emprega essa tradição linguística paternalista como motor do pensar científico no âmbito dos estudos da linguagem.

Como também anunciado na introdução desse artigo, espero que o trabalho possa ter contribuído para despertar o interesse pelo fenômeno do gênero gramatical no português brasileiro, que carece de muita pesquisa para a elucidação dos seus mecanismos de atuação nessa língua, e que essa curiosidade se expanda desse para outros fenômenos interrelacionados nessa e em outras línguas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adger, David e Daniel Harbour. 2008. Why Phi?, em Daniel Harbour, David Adger e Susana Béjar (eds.), *Phi Theory. Phi-Features across modules and interfaces*, New York, Oxford University Press: 130-154.
- Adger, David e Peter Svenonius. 2010. Features in minimalist syntax, em Cedric Boeckx (ed.), *The Oxford Handbook of Linguistic Minimalism*, Oxford, Oxford University Press: 27-51. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199549368.013.0002
- Aikhenvald, Alexandra Y. 2000. *Classifiers: A Typology of Noun Categorization Devices*, Oxford, Oxford University Press.
- Aikhenvald, Alexandra Y. 2016. *How Gender Shapes de World*, Oxford, Oxford University Press. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780198723752.001.0001
- Alcântara, Cíntia da C. 2010. As classes formais do PB, em *Letras de Hoje*, 45(1): 5-15.
- Armelin, Paula Roberta Gabbai. 2015. *A relação entre gênero e morfologia avaliativa nos nominais do português brasileiro: uma abordagem sintática da formação de palavras*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo. Inédita.
- Aronoff, Mark. 2016. Unnatural kinds, em Ana Luís e Ricardo Bermúdez-Otero (orgs.), *The morpheme debate*, Oxford, Oxford University Press: 11-32. DOI:10.1093/acprof:oso/9780198702108.003.0002
- Audring, Jenny. 2019. Canonical, complex, complicated?, em Francesca Di Garbo, Bruno Olsson e Bernard Wälchli (eds.), *Grammatical gender and linguistic complexity*, Volume I: General issues and specific studies, Berlin, Language Science Press: 15-52. DOI:10.5281/zenodo.3462756
- Audring, Jenny. 2009. *Reinventing Pronoun Gender*. Utrecht, LOT.
- Bally, Charles. 1935. *Le langage et la vie*, 2ª ed., Zurich, Max Niehans Éditeur.
- Beccari, Alessandro Jocelito. 2013. *Uma tradução da grammatica speculativa de Tomás de Erfurt para o português: acompanhada de um estudo introdutório, notas e glossário*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Inédita.
- Bezerra, Gitanna Brito. 2019. The influence of referentiality, definiteness, and “preposition+determiner” contraction on relative clause processing, em *Diacrítica*, 33(2): 116-140. DOI: doi.org/10.21814/diacritica.419
- Bezerra, Gitanna Brito. 2017. *A influência da referencialidade no processamento de orações relativas associadas a NPs complexos do tipo “substância”*. Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Inédita.
- Bismarck Lopes, Ícaro de Carvalho. 2014. *Traço e concordância de gênero na constituição da gramática do português*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia. Salvador. Inédita.
- Bismarck Lopes, Ícaro de Carvalho e Danniell da Silva Carvalho. (2016). A marcação de gênero em quatro variedades do português: fatos sócio-históricos, em *Investigações*, 29: 222-254
- Bloomfield, Leonard. 1933. *Language*, New York, Holt, Rinehart & Winston.
- Brown, Dunstan, Marina Chumakina e Greville G Corbett. (eds.). 2013. *Canonical morphology and syntax*, Oxford, Oxford University Press. DOI:10.1093/acprof:oso/9780199604326.001.0001
- Camara Jr., Joaquim Mattoso. 1970. *Estrutura da língua portuguesa*, 3ª ed., Petrópolis, Vozes.
- Camara Jr., Joaquim Mattoso. 1972. *Dispersos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Carvalho, Danniell da Silva. 2008. A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro. Tese de doutorado, Universidade Federal de Alagoas. Maceió. Inédita.
- Carvalho, Danniell da Silva. 2011. Sincretismo, subespecificação de traços e a sintaxe de gênero em uma comunidade do português afro-brasileiro: um estudo de caso, em *Papia* (Brasília), 21(1): 83-97.
- Carvalho, Danniell da Silva. 2013. Algumas considerações sobre a morfossintaxe de gênero, em *Estudos Linguísticos e Literários*, 47: 30-46
- Carvalho, Danniell da Silva. 2016a. Remarks on the complexity of gender, em *Cadernos de Squibs: Temas em estudos formais da linguagem*, 2(1): 10-19.

- Carvalho, Danniell da Silva. 2016b. Concordância fracassada é, na verdade, relativização de traços, em Eloisa Pilati (ed.), *Temas em teoria gerativa: homenagem a Lucia Lobato*, Curitiba, Blanche: 103-129.
- Carvalho, Danniell da Silva. 2018. O traço de gênero na morfossintaxe do português, em *DELTA*, 34: 635-660. DOI: 10.1590/0102-445008104720040323
- Carvalho, Danniell da Silva. 2019. On gender agreement in Brazilian Portuguese, em Eric Mathieu, Myriam Dali e Gita Zareikar (eds.), *Gender and Noun Classification*, Oxford, Oxford University Press: 136-158. DOI: 10.1093/oso/9780198828105.003.0007
- Carvalho, Danniell da Silva e Dorothy Bezerra Silva de Brito. 2020. Gênero e língua(gem): diferentes práticas teóricas, em Danniell da Silva Carvalho e Dorothy Bezerra Silva de Brito (eds.), *Gênero e Língua(gem): teoria e prática*, Salvador, EDUFBA: 7-18.
- Carvalho, Danniell da Silva, Dorothy Bezerra Silva de Brito e Jair Gomes de Farias. 2020a. Individuação, aspecto nominal e a função de gênero nas línguas naturais, em Danniell da Silva Carvalho e Dorothy Bezerra Silva de Brito (eds.), *Gênero e Língua(gem): teoria e prática*, Salvador, EDUFBA: 295-318.
- Carvalho, Danniell da Silva, Dorothy Bezerra Silva de Brito e Jair Gomes de Farias. 2020b. Notas sobre el aspecto del género gramatical, em *Revista Argentina de Ciencias del Comportamiento*, no prelo.
- Carvalho, Danniell da Silva, Dorothy Bezerra Silva de Brito e Jair Gomes de Farias. 2020c. *Gênero e aspecto nominal: desdobrando individuação*, Universidade Federal da Bahia. Manuscrito: 29f.
- Chomsky, Noam. 2008. On Phases, em Robert Freidin, Carlos P.Otero e Maria Luisa Zubizarreta (eds.), *Foundational Issues in Linguistic Theory*, Cambridge, MA, MIT Press: 133-166.
- Coelho, Claudia, Jairo Nunes e Leticia Santos. 2019. On the movement analysis of null subjects in Brazilian Portuguese: Experimental results from extraction of embedded subjects, em *Isogloss. A journal on variation of Romance and Iberian languages*, 4(1): 85-112. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/isogloss.55>.
- Corbett, Greville G. 1991. *Gender*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Corbett, Greville G. 2006. *Agreement*, Cambridge, Cambridge University Press
- Corbett, Greville G. 2015. (org.). *The expresión of gender*, Berlim, De Gruyter Mouton. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110307337>
- Cyrino, João Paulo Lazzarini-, Paula Roberta Gabbai Armelin e Rafael Dias Minussi. 2013. Sobre o conhecimento enciclopédico de gênero, em *Cadernos do NEMP*, 4(1): 105-117.
- Dettoni, Rachel do Valle. 2003. *A concordância de gênero na anáfora pronominal: variação e mudança lingüística no dialeto da Baixada Cuiabana, Mato Grosso*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Inédita.
- Dixon, Robert M. W. 1982. *Where Have All the Adjectives Gone? and other Essays in Semantics and Syntax*, Berlin, Mouton de Gruyter. DOI: 10.1515/9783110822939
- Dryer, Matthew S. e Martin Haspelmath (eds.). 2013. *The World Atlas of Language Structures Online*, Leipzig, Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. (Disponível online em <http://wals.info>. Acessado em 22 de junho de 2020)
- Duek, Karen. 2014. Bare singulars and gender agreement in Brazilian Portuguese, em Andrea Beltrama, (ed.), *Proceedings from the 48th Annual Meeting of the Chicago Linguistic Society*, Chicago,: 205-219.
- Fehri, Abdelkader Fassi. 2019. Multiples facets of constructional Arabic gender and 'functional universalism' in the DP, em Eric Mathieu, Myriam Dali e Gita Zareikar (eds.), *Gender and Noun Classification*, Oxford, Oxford University Press: 67-92. DOI: 10.1093/oso/9780198828105.001.0001
- Fodor, István. 1959. The Origin of Grammatical Gender, em *Lingua*, 8.1(41): 186-214.
- Foltran, Maria José e Patrícia Rodrigues. 2013. On denoting Abstract Entities, em *Revista da Abralin*, 12(1): 269-291. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rabl.v12i1.32834>
- Frazier, Lyn. 1979. *On comprehending sentences: Syntactic parsing strategies*, Tese de doutorado, Universidade de Connecticut. Inédita.
- Greenberg, Joseph H. 1978. How does a language acquire gender markers?, em Joseph H. Greenberg (ed.), *Universals of Human Language*, Vol 3, Stanford, Stanford University Press: 47-82.
- Greenberg, Joseph H. 1963. Some Universals of Grammar with Particular Reference to the Order of Meaningful Elements, em arbourike Braun e Jane Oakhill. 2019. A Language Index of Grammatical Gender Dimensions to Study the Impact of Grammatical Gender on the Way We Perceive Women and Men, em *Frontiers in Psychology*, 10(1604): 1-6. DOI: 10.3389/fpsyg.2019.01604
- Halle, Morris e Alec Marantz. 1994. Some key features of distributed morphology, *MITWPL – Papers on Phonology and Morphology*, 21: 275-288.
- Halle, Morris e Alec Marantz. 1993. Distributed morphology and pieces of inflection, em Ken Hale e Samuel Jay Keyser (ed.), *The view from the Building 20: Essays in honor of Sylvain Bromberger*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press.

- Harbour, David, Daniel Adger e Susana Béjar (eds.). 2008. *Phi-Theory: Phi-Features Across Modules and Interfaces*, Oxford, Oxford University Press.
- Hockett, Charles F. 1958. *A course in modern linguistics*, New York, Macmillan.
- Houaiss. 2009. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Objetiva.
- Ibrahim, Muhammad H. 1973. *Grammatical Gender: Its origin and development*, The Hague, Mouton.
- Jespersen, Otto. 1924. *The Philosophy of Grammar*, London, Allen and Unwin.
- Karim, Jocineide Macedo. 2004. *A variação na concordância de gênero no falar da comunidade de Cáceres-MT*. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. Inédita.
- Kehdi, Valter. 2003. *Morfemas do português*, 6ª ed., São Paulo, Editora Ática.
- Kilarski, M. 2013. *Nominal classification: A history of its study from the classical period to the present*, Amsterdam, John Benjamins.
- Kramer, Ruth. 2015. *The Morphosyntax of Gender*, Oxford, Oxford University Press. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199679935.001.0001
- Kuryłowicz, Jerzy. 1964. *The Inflectional Categories of Indo-European*, Heidelberg, Carl Winter.
- Lobato, Lucia. 1994. A Concordância Nominal no Português do Brasil à Luz da Teoria de Princípios e Parâmetros e da Sociolinguística Variacionista, em *DELTA* 10(3): 173-212.
- Lucchesi, Dante. 2000. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Inédita.
- Lucchesi, Dante. 2009. A concordância de gênero, em Dante Lucchesi, Alan Baxter e Ilza Ribeiro (eds.), *O português afro-brasileiro*, Salvador, EDUFBA: 296-318.
- Mathieu, Éric. 2012. Flavors of Division, *Linguistic Inquiry*, 43(2): 650-679. DOI: https://doi.org/10.1162/ling_a_00110
- Martin, John W. 1975. Gênero?, em *Revista brasileira de linguística*, 2: 3-8.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2006. *O Português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*, São Paulo, Contexto.
- Meillet, Antoine. [1921] 1982. *Linguistique historique et linguistique générale*, Paris, Champion.
- Moura, Denilda. 2009. Concordância de pronomes pessoais em frases copulativas, em *Leitura (UFAL)*, 43/44: 163-190.
- Mous, Maarten. 2008. Number as an exponent of gender in Cushitic, em Zygmunt Frajzyngier e Erin Shay (eds.). *Interaction of morphology and syntax: Case studies in Afroasiatic* (Typological Studies in Language 75), Amsterdam, John Benjamins: 137-160. DOI: 10.1075/tsl.75
- Olender, Maurice. 2012. *As línguas do Paraíso. Arianos e semitas: um casamento providencial* (Tr. de Bruno Feitler), São Paulo, Phoebus.
- Panagiotidis, Phoivos. 2019. (Grammatical) gender troubles and the gender of pronouns, em Eric Mathieu, Myriam Dali e Gita Zareikar (eds.). *Gender and Noun Classification*, Oxford, Oxford University Press: 186-199. DOI: 10.1093/oso/9780198828105.003.0009
- Picallo, M. Carme. 2008. Gender and Number in Romance, em *Lingue e Linguaggio* 7(1): 47-66.
- Picallo, M. Carme. 2017. A note on the locus and function of formal gender, em *Borealis*, An International Journal of Hispanic Linguistics, 6(1): 1-20.
- Rijkhoff, Jan. 2002. *The noun phrase*, Oxford, Oxford University Press. DOI:10.1093/acprof:oso/9780198237822.001.0001
- Rocha, Luiz Carlos de Assis. 1998. *Estruturas morfológicas do português*, Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Rodrigues, Patrícia e Maria José Foltran. 2015. Small Nominals in Brazilian Portuguese Copular Constructions, em *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, 14(1): 129-147. DOI: <https://doi.org/10.5334/jpl.60>
- Schwindt, Luiz Carlos. 2011. Zeros na morfologia nominal portuguesa à luz da Optimal Interleaving Theory, em *ReVEL*, 5 edição especial.
- Schwindt, Luiz Carlos. 2018. Exponência de gênero e classe temática em português brasileiro, em *DELTA*, São Paulo, 34(2): 745-768. DOI: 10.1590/0102-44509154975775546.
- Steinthal. 1858. Die genera des nomen, em *Beiträge Zur Vergleichenden Sprachforschung Auf Dem Gebiete Der Arischen, Celtischen Und Slawischen Sprachen*, 1(3): 292-307.
- Tsegaye, Mulugeta Tarekegne. 2017. *Plural gender: Behavioral evidence for plural as a value of Cushitic gender with reference to Konso*, Utrecht, LOT.
- Vernant, Jean-Pierre. 2012. Prefácio, em Maurice Olender, *As línguas do Paraíso. Arianos e semitas: um casamento providencial*, (Tr. de Bruno Feitler), São Paulo, Phoebus: 7-12.
- Wackernagel, J. [1924] 2009. *Lectures on Syntax: With Special Reference to Greek, Latin, and Germanic*, Oxford, Oxford University Press.